

doi 10.46943/X.CONEDU.2024.GT19.059

## TECNOLOGIA ASSISTIVA: O CAMINHO PARA INCLUSÃO ESCOLAR E EMANCIPATÓRIA NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO EM NOVA IGUAÇU/RJ

Adriana da Silva Maria Pereira<sup>1</sup>  
Daniele Campos Laino Cardoso<sup>2</sup>

### RESUMO

A pandemia da Covid-19 (SARS-CoV-2) deixou em evidência muitas mazelas e principalmente as desigualdades sociais, além da precarização do trabalho docente e da importância da escola no processo de escolarização e inclusão (escolar e social) dos alunos, público-alvo da Educação Especial e Inclusiva. Algo que teve agravamento com a crise sanitária instalada no Brasil e uma política retrógrada, que não considera as evidências científicas dos avanços significativos que a inclusão escolar tem no processo de desenvolvimento global desses alunos. Como atuantes na Educação Básica em escolas da periferia, cabe aos profissionais da educação não cederem a esse cenário caótico e buscar nas leituras e estudos freirianos caminhos para burlar as dificuldades e entraves em implementar práticas educacionais emancipatórias e ao encontro das diretrizes da Educação Inclusiva e em prol da diversidade. Nesse contexto, este relato de experiência visa apresentar a proposta de confecção de uma cadeira escolar adaptada nas premissas da Tecnologia Assistiva (TA), para um aluno com Síndrome de Lennox-Gastaut (SLG) comprometimento motor e não oralizado, matriculado na Educação Infantil, em uma escola na rede municipal de ensino em Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense, no estado do Rio de Janeiro. Participaram do planejamento e confecção desse artefato duas professoras (professora do Atendimento Educacional Especializado e professora itinerante da Educação Especial). Foram utilizados nesse processo de confecção os seguintes

1 Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação – Faculdade de Educação/UERJ, Rio de Janeiro. silva.maria@unesp.br

2 Especialista em Inclusão Escolar nos Transtornos do Desenvolvimento: autismo e suas comorbidades (UFTPR) -PR, dany\_laio@yahoo.com.br

materiais: cadeira escolar, cadeirinha de criança para carro, parafusos, roscas, tintas, guiso de portão, pedaço de madeira, máquina de furar, chave de boca, chave de estria e esmerilhadeira A união de muitos saberes e diferentes habilidades (interpessoal, acadêmicas, comportamentais, linguísticas entre outras) vão ao encontro dos estudos freirianos que apontam que a relação com o conhecimento é dialógica e política, pois cada indivíduo carrega sua história marcada por experiências sociais e culturais, como também sua percepção sobre si e o mundo.

**Palavras-chave:** Educação Especial e Inclusiva. Inclusão Escolar. Cadeira adaptada.

## INTRODUÇÃO

A pandemia da Covid 19, SARS-CoV-2) deixou em evidência muitas mazelas e principalmente às desigualdades sociais, além da precarização do trabalho docente e a importância da escola no processo de escolarização e inclusão (escolar e social) dos alunos público-alvo da Educação Especial/Inclusiva. Algo que teve agravamento com a crise sanitária instalada no Brasil e uma política retrógrada, que não considera as evidências científicas dos avanços significativos que a inclusão escolar tem no processo de desenvolvimento global desse alunado.

Essa política arbitrária impulsionada por um desgoverno, mediante o Decreto n.º 502, de 30 de setembro de 2020, que institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com aprendizado ao Longo da Vida, representava o “apagamento” que a política promovida pelo Centrão disseminava em suas mensagens sobre a Educação Popular, Emancipatória e Protagonista defendida na obra de Paulo Freire.

Como atuantes na Educação Básica em escolas da periferia, cabia aos professores não cederem a esse cenário caótico e buscar nas leituras e estudos freirianos caminhos para burlar as dificuldades e entraves em implementar práticas educacionais emancipatórias e ao encontro das diretrizes da Educação Inclusiva e em prol da diversidade.

Nesse contexto, este relato de experiência visa apresentar a proposta de confecção de uma cadeira escolar adaptada em 2022 nas premissas da Tecnologia Assistiva, para um aluno com Síndrome de Lennox-Gastaut (SLG) comprometimento motor e não oralizado, matriculado na Educação Infantil, em uma escola na rede municipal de ensino em Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense, no estado do Rio de Janeiro. A cadeira escolar adaptada foi confeccionada com base nos estudos de Bersch (2008) e Galvão (2009 e 2013). Outros textos foram encontrados na bibliografia disponibilizada na disciplina, Tecnologia Assistiva: estratégias e recursos, do Mestrado Profissional em Educação Inclusiva em Rede Nacional (PROFEI) pela Unesp.

Cabe ressaltar que, além desse material teórico, foi necessário conhecimento de serralheria e marcenaria, além de um diálogo permanente com a família para que os recursos de TA fossem construídos pessoalmente e com base nas necessidades educacionais do educando. Foram utilizados nesse processo de confecção os seguintes materiais: cadeira escolar, cadeirinha de

criança para carro, parafusos, roscas, tintas, guiso de portão, pedaço de madeira, máquina de furar, chave de boca, chave de estria e esmerilhadeira.

A união de muitos saberes e diferentes habilidades (interpessoal, acadêmicas, comportamentais, linguísticas entre outras) vão ao encontro dos estudos freirianos que apontam que a relação com o conhecimento é dialógica e política, pois cada indivíduo carrega sua história marcada por experiências sociais e culturais, como também sua percepção sobre si e o mundo. Ademais, a cadeira escolar adaptada é um artefato que garantiu ao aluno está no ambiente da sala de aula com os colegas de forma confortável e oportuniza a experiência de “ler o mundo” mediante o processo de mediação instrumental com a TA, que permite a mediação entre o ser humano e o mundo (Freire, 1997).

## METODOLOGIA

Compreendemos a pesquisa como uma atividade fundamental da ciência, orientada pela investigação e construção da realidade. Alimenta e atualiza o ensino em relação às transformações do mundo, estabelecendo uma conexão entre teoria e prática, onde o pensamento e a ação se entrelaçam. Desse modo, um problema intelectual só pode surgir se tiver sido primeiramente uma questão de ordem prática. As questões investigativas, assim, são influenciadas por interesses e circunstâncias de natureza social, resultando de uma inserção específica na realidade, da qual derivam suas motivações e objetivos. A pesquisa representa, portanto, um processo formal e sistemático no desenvolvimento do método científico, buscando responder aos problemas por meio de procedimentos científicos. (Minayo, 2007; Gil, 2021)

Para isso, seguimos os seguintes procedimentos científicos a partir de uma abordagem qualitativa:

- Leitura e análise dos referenciais legais da política da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva que apresentam as diretrizes de implementação da Tecnologia Assistiva;
- Seleção de bibliografias sobre a confecção de recursos de TA de baixo custo;
- Planejamento da confecção da cadeira adaptada de forma colaborativa entre a professora do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e professora Itinerante da Educação Especial (IEE).

Cabe ressaltar, que para a confecção da cadeira adaptada foi preciso contar com outros profissionais (marceneiro e serralheiro) para ajustes, adequação e montagem do artefato com os materiais que foram sendo utilizados ao longo do processo e levando em consideração o desenvolvimento e a altura do aluno com o passar dos anos.

## CONTEXTO SOCIAL E EDUCACIONAL

Pensar que a esperança sozinha transforma o mundo e atuar movido por tal ingenuidade é um modo excelente de tombar na desesperança, no pessimismo, no fatalismo (...) o essencial como digo mais adiante no corpo desta Pedagogia da Esperança, é que ela, enquanto necessidade ontológica precisa de ancorar-se na prática. (Freire, 1992, p. 05)

Precisamos ancorar nossas ações na docência, principalmente para os alunos público-alvo da Educação Especial e Inclusiva, em práticas pedagógicas que oportunizem um processo de ensino/inclusão escolar que seja emancipatório e protagonista. Isso só é possível quando assumimos uma postura crítico-reflexiva sobre a realidade educacional e social na qual atuamos. Ainda mais, quando estamos diante de uma escola localizada em um município que enfrenta “problemas como: falta de saneamento básico, baixo índice de desenvolvimento, evasão escolar e violência urbana”. (Cardoso et al, 2021, p. 284)

Esses problemas, conseqüentemente, se agravaram após a pandemia da Covid19, SARS-CoV-2), “principalmente, com o agravamento da crise sanitária e a situação social de abandono em que vivem milhares de alunos nos municípios da periferia do Brasil”. (Pereira, 2022, p. 89)

Um abandono social, marcado pelas desigualdades sociais e as sequelas do sistema capitalista e neoliberal. São questões que podem ocasionar um desesperança, pois não é só garantir a matrícula preferencialmente de alunos com deficiência nas escolas de ensino regular (Brasil, 1996), mas romper com qualquer barreira, obstáculo, atitude ou comportamento que restrinja ou impeça a participação social do aluno, assim como o usufruto, a execução e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de locomoção e expressão, à comunicação e ao acesso à informação, à compreensão entre outras. (Brasil, 2015)

Em se tratando do município de Nova Iguaçu, localizado na Baixada Fluminense, no estado do Rio de Janeiro que conta com um total de 09 Unidades

Regionais do Governo (URGs) em que são divididas por bairros e têm 145 redes de ensino gerenciadas pela Secretaria Municipal de Educação (SEMED/NI). Desse total algumas escolas são na zona urbana e outras na zona rural da cidade. (Nova Iguaçu, 2024)

Vale destacar, que é considerado o maior município da Baixada Fluminense, com uma área total de 520,8 km<sup>2</sup> e uma população de aproximadamente 843.046 habitantes. (IBGE, 2024)

Diante desses números é possível e as informações sobre o contexto social que já destacamos aqui, os inúmeros entraves que podem ocorrer no processo de ensino/inclusão escolar de alunos público-alvo da Educação Especial. Logo, precisamos estar atentos que

não se trata, apenas, de olhar para a diversidade humana, mas de compreender como as desigualdades sociais moldam a experiência da deficiência e as condições de desenvolvimento dos sujeitos. Uma educação inclusiva, com todos e para todos, é parte da construção árdua de uma sociedade democrática e justa. (Pletsch, 2020, p. 68)

A esperança na humanidade, fundamentada na trajetória histórica, nos leva a acreditar na possibilidade de construir uma sociedade mais justa e democrática. Essa nova ordem social representaria uma ruptura radical com as estruturas sociais existentes. (Piccolo; Mendes, 2013)

## PERFIL DO ALUNO

Como dito anteriormente, a cadeira adaptada foi confeccionada para um aluno com Síndrome de Lennox-Gastaut (SLG). A SLG se manifesta por meio de um espectro de crises epiléticas, incluindo crises tônica, atônica, de ausência atípica e tônico-clônicas generalizadas. A heterogeneidade das manifestações clínicas, associada ao declínio cognitivo e ao padrão eletroencefalográfico característico, torna o diagnóstico da SLG um desafio clínico. A evolução da doença ao longo do tempo pode levar ao surgimento de novas crises e ao agravamento dos sintomas, impactando significativamente a qualidade de vida. (Al-Banji; Zahr; Jan, 2015)

Se o diagnóstico é um desafio, também se torna desafiante o processo de ensino de alunos com SLG e conseqüentemente a inclusão escolar, pois é necessário considerar não só as especificidades do aluno, mas também todo contexto

social e educacional ao qual está inserido para oportunizar e promover atividades pedagógicas personalizadas a partir do Plano Educacional Individualizado (PEI).

O PEI é uma ferramenta essencial para o planejamento e a avaliação das ações pedagógicas direcionadas aos alunos com necessidades educacionais específicas. Ao detalhar essas necessidades de cada aluno, o PEI orienta a equipe escolar na escolha de recursos e estratégias pedagógicas adequadas. Dessa forma, contribui para a construção de um processo de ensino-aprendizagem mais personalizado, eficaz e acessível aos conteúdos curriculares e possam desenvolver suas potencialidades de forma plena. (Mascaro; Redig, 2024)

No caso do aluno Gabriel, nome fictício que iremos adotar para manter o anonimato, o PEI foi elaborado de forma colaborativa entre a professora do ensino comum da Educação Infantil com a professora do AEE e a professora IEE. Esse documento é garantido pela Deliberação/CME – NI nº 03 de 11 de dezembro de 2014, que “fixa normas para a educação especial na perspectiva inclusiva e para atendimento educacional especializado- AEE, no âmbito do Sistema Municipal de Educação de Nova Iguaçu (SMENI)”. (Nova Iguaçu, 2014, p. 01)

No caso do PEI destinado para Educação Infantil, os conteúdos curriculares foram organizados segundo as diretrizes apontadas na Base Nacional Curricular Comum (BNCC) divididos em dois tópicos:

- Campo de Experiência: O eu e o outro e nós; Corpo, gestos e movimentos; Traços, sons, cores e formas; Escuta, fala, pensamento e imaginação; Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações;
- Direitos de aprendizagem: Conviver, brincar, participar, explorar, expressar conhecer-se. (Nova Iguaçu, 2022)

Nesse sentido, tornou-se essencial e urgente pensar em ajustes tanto na arrumação da sala, quanto no mobiliário para promover o “direito de aprendizagem” para o Gabriel e garantir sua plena participação na rotina escolar de forma equitativa junto com seus colegas de turma.

## EXPECTATIVA X REALIDADE ....

A rotina escolar nas turmas de Educação Infantil é “recheada” de atividades pedagógicas atreladas a ludicidade e brincadeiras, que contribuem de forma

significativa para o aprendizado de habilidades, já que “é na primeira infância, portanto, que vamos criar uma espécie de base cognitiva, que será aperfeiçoada nos anos seguintes”. (Brites, 2020, p. 41)

Nessa rotina, os professores do ensino comum precisam elaborar atividades que estimulem esse desenvolvimento cognitivo e utilizam diversas ferramentas nesse processo, como por exemplo, os princípios do Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA), flexibilização curricular, recursos de TA, entre outras. Contudo, é preciso ir além, romper barreiras, dentre elas as arquitetônicas, para que todo esforço de assegurar um ensino emancipatório e protagonista também leve em consideração o bem-estar físico desse aluno no espaço escolar e, principalmente, seu pertencimento.

Não é uma tarefa fácil, haja vista a falta de tempo e precarização do trabalho docente ao qual estamos inseridos na contemporaneidade e diversos entraves:

baixo investimento em contratação de profissionais especializados, professores de Educação Especial e/ou equipes multidisciplinares; responsabilização dos professores da sala de aula para enfrentar os desafios;  
salários baixos;  
número excessivo de alunos em sala de aula;  
de material;  
formação deficitária;  
entre outros. (Mendes: Vilaronga; Zerbato, 2018, p. 31)

Entretanto, quando os profissionais da educação estabelecem um diálogo humanizado, na qual não há hierarquização entre o professor especialista e o professor do ensino comum, é possível encontrar “caminhos” para resolver questões e entraves para a promoção da inclusão escola e escolarização do aluno público-alvo da Educação Especial e Inclusiva. Freire (1978, p. 50) aponta que:

não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão. Mas, se dizer a palavra verdadeira, que é trabalho, que é práxis, é transformar o mundo, dizer a palavra não é privilégio de alguns homens, mas direito de todos os homens.



Partindo dessa concepção dialógica, iniciamos ao planejamento de cada etapa para confecção da cadeira adaptada.

## **ETAPA 01 – LEITURA E ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO SOBRE O USO TECNOLOGIA ASSISTIVA (TA) NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

Nessa etapa foi realizada uma busca na web sobre os referenciais legais e políticos que apresentam diretrizes e orientações sobre o uso da TA na perspectiva da Educação Inclusiva. Durante esse processo, verificamos que a TA é um recurso fundamental no Atendimento Educacional Especializado (AEE) e tem colaborado na promoção da inclusão escolar de alunos com deficiência. A articulação entre o AEE e o ensino comum, com o uso de ferramentas tecnológicas adequadas, garante que esses alunos tenham acesso ao currículo e desenvolvam suas habilidades de forma autônoma, contribuindo significativamente para a melhoria de sua qualidade de vida. (Brasil, 2008; 2015 e 2021)

Um entendimento que reforça a importância da leitura exploratória de bibliografias sobre o uso da TA de baixo e a busca dessas informações atreladas a estudos científicos sobre alunos com comprometimento motor.

## **ETAPA 02 – TECNOLOGIA ASSISTIVA DE BAIXO CUSTO**

Por mais que o resultado da leitura exploratória dos referenciais legais/legislação sobre TA tenha sido satisfatório, era preciso aprofundar algumas questões conceituais e mesmo ter um certo respaldo a partir do acompanhamento de estudiosos que têm se dedicado à elaboração de recursos de TA em suas pesquisas científicas *stricto sensu* (mestrado e doutorado).

Um diferencial que contribuiu para o sucesso da confecção da cadeira adaptada foi a utilização do material de estudos ofertado pela disciplina eletiva intitulada “*Tecnologia Assistiva: estratégias e recursos*” ofertada no Mestrado Profissional em Educação Inclusiva em Rede Nacional (PROFEI) pela Universidade do Estadual “Júlio Mesquita Filho” campus Presidente Prudente.

Embora a leitura exploratória dos referenciais legais sobre Tecnologia Assistiva (TA) tenha apresentado resultados satisfatórios, a necessidade de aprofundar questões conceituais e buscar o respaldo de estudos mais específicos tornou-se evidente. Nesse sentido, o acompanhamento de pesquisas cien-

tíficas stricto sensu, que versavam sobre a elaboração de recursos de TA, foi fundamental.

Um fator crucial para o sucesso da confecção da cadeira adaptada foi a utilização do material de estudos ofertado pela disciplina eletiva “Tecnologia Assistiva: estratégias e recursos” do Mestrado Profissional em Educação Inclusiva em Rede Nacional (PROFEI). A participação de uma das professoras nesse programa, com foco em TA para estudantes cegos, foi especialmente relevante. A leitura de textos, a participação em aulas síncronas e fóruns de discussão permitiram um aprofundamento teórico e prático sobre o tema, subsidiando o planejamento das etapas de construção da cadeira e antecipando possíveis desafios e obstáculos.

Cabe ressaltar, a disciplina contou com uma ementa dividida em duas unidades:

- **Unidade 01 – Tecnologia Assistiva – Perspectiva Teóricas e Legais**
- acessibilidade, barreiras e facilitadores; compreensão o conceito de tecnologia assistiva – marcos teóricos e legais; a produção científica sobre tecnologia assistiva (no) e para educação;
- **Unidade 02 – Tecnologia Assistiva – Práticas, serviços e recursos**
- a tecnologia assistiva no contexto escolar – práticas, serviços e recursos; avaliação da TA – participação do usuário; redes de apoio para implementação de TA na escola. (Bock, Blanco, 2021, p. 03)

Além de atividades síncronas e assíncronas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) e interação nos fóruns de discussão

### **ETAPA 03 – PLANEJAMENTO E CONFECÇÃO DA CADEIRA ADAPTADA**

O planejamento para a confecção da cadeira adaptada teve como premissa conseguir separar matérias de baixo custo, que pudessem compor esse artefato seguro, confortável e de acordo com biotipo do aluno. Nesse caso, concluímos que seria necessário ter duas cadeiras e realizar uma adaptação para que ambas ficassem acopladas (Figura 01 e 02)

**Figura 01** – Cadeira de ferro



**Fonte:** arquivo pessoal (2022)

**Figura 02** – Cadeirinha de carro



**Fonte:** arquivo pessoal (2022)

Foi necessário contar com a ajuda e colaboração de dois outros profissionais (marceneiro e serralheiro) e diversos outros materiais, além das cadeiras (parafusos, roscas, tintas, guiso de portão, pedaço de madeira, máquina de furar, chave de boca, chave de estria e esmerilhadeira). Alguns materiais precisaram

ser limpos e reformados antes da utilização, pois não estavam velhos e malconservados (Figura 03).

**Figura 03** – Encosto e assento da cadeira de ferro



**Fonte:** arquivo pessoal (2022)

Todo trabalho de reforma foi realizado pelas professoras, aproveitando os intervalos e período destinado para o planejamento e elaboração das atividades pedagógicas diferenciadas. Contaram com ajuda de familiares que auxiliaram com informações importantes sobre a pintura e reforma do encosto e assento da cadeira utilizando um endurecedor e lixa para refazer os pedaços que estavam faltando. Com isso, foi possível reformar toda cadeira de ferro e pintar com as cores das cadeiras que no momento eram utilizadas pelos alunos na turma da Educação Infantil (Figura 04 e 05).

**Figura 04** - Encosto pintado



**Fonte:** arquivo pessoal (2022)

**Figura 05** – Armação de ferro pintada



**Fonte:** arquivo pessoal (2022)

Após tal reforma, foi preciso levá-la ao marceneiro para realizar a confecção de uma dobradiça no suporte do encosto, a fim de a criança poder entrar e sair do assento com uma maior facilidade. Foi pensado no processo de crescimento do aluno, portanto foi feito um corte no apoio dos pés junto à inserção de parafusos, no qual permitiu o ajuste desse apoio à medida que a estatura do aluno aumente (Figura 05).

**Figura 06** - Dobradiça



**Fonte:** arquivo pessoal (2022)

Essas estratégias contribuem para manter o alinhamento ereto da cabeça, mesmo sem um apoio específico, pois o aluno, ao sentar e colocar seus pés, consegue manter-se em posição postural adequada, que ajuda a proporcionar conforto e evitar lesões na sua coluna. (Cunha et al, 2015)

**Figura 07** – Cadeira adaptada.



**Fonte:** arquivo pessoal (2022)

Um recurso de TA que oportuniza uma participação efetiva durante toda a rotina escolar junto com os colegas de turma, minimizando as barreiras arquitetônicas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência relatada neste estudo demonstra a relevância da adaptação de materiais e a criação de recursos de Tecnologia Assistiva (TA) de baixo custo como estratégia para promover a inclusão escolar de alunos com deficiência. A partir da análise do caso apresentado, evidenciou-se que a construção de uma cadeira adaptada, a partir de materiais simples e disponíveis na escola, pode ser um ponto de partida para a superação de barreiras arquitetônicas e a garantia do acesso e participação plena desses alunos nas atividades escolares.

A elaboração da cadeira adaptada, além de atender às necessidades específicas do aluno, proporcionou um momento de aprendizagem e reflexão para os professores envolvidos. A busca por informações sobre TA, a participação em

cursos de formação e a colaboração com outros profissionais foram fundamentais para o sucesso da iniciativa.

É importante ressaltar que a construção de recursos de TA exige um trabalho colaborativo entre diferentes profissionais da escola, como professores, pedagogos, terapeutas ocupacionais e familiares. A troca de experiências e a busca por soluções criativas são essenciais para garantir que os alunos com deficiência tenham acesso a um ensino de qualidade e possam desenvolver todo o seu potencial.

No entanto, é preciso reconhecer que a inclusão escolar é um processo complexo e desafiador, que exige a superação de diversas barreiras, como a falta de recursos, a formação inadequada dos professores e as crenças limitantes sobre a capacidade dos alunos com deficiência. Neste sentido, é fundamental que as políticas públicas e as instituições de ensino invistam em ações que promovam a formação continuada dos professores, a acessibilidade das escolas e a produção de materiais pedagógicos adaptados.

## REFERÊNCIAS

AL-BANJI, Muradi H; ZHR, Doaa K ; JAN, Mohammed M. Lennox-Gastaut syndrome. **Neurosciences**, v. 20, n. 3, p. 207–212, 2015. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/26166587/> Acesso em: 10 jan. 2024.

BRASIL. **Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União**, Brasília, 23 dez. 1996. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/19394.htm#:~:text=L9394&text=Estabelece%20as%20diretrizes%20e%20bases%20da%20educa%C3%A7%C3%A3o%20nacional.&text=Art.,civil%20e%20nas%20manifesta%C3%A7%C3%B5es%20culturais](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/19394.htm#:~:text=L9394&text=Estabelece%20as%20diretrizes%20e%20bases%20da%20educa%C3%A7%C3%A3o%20nacional.&text=Art.,civil%20e%20nas%20manifesta%C3%A7%C3%B5es%20culturais) Acesso em: 30 set. 2024.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, 2008**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducuespecial.pdf> Decreto Acesso em: 04 de ago. 2024

BRASIL, **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília: Presidência da República; Secretaria-Geral; Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2019. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/>

id/554329/estatuto\_da\_pessoa\_com\_deficiencia\_3ed.pdf Acesso em: 05 jul. 2024

BRASIL, **Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020. Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida.** Diário Oficial da União. Edição: 189. Seção: 1. Página: 6. Brasília: MEC, 2020. BRASIL. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação Inclusiva. Brasília: MEC, 2008.

BRASIL. **Decreto Nº 10.645. 11 de março de 2021.** Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2021/decreto/d10645.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/decreto/d10645.htm) Acesso em: 10 de set. 2024

BERSCH, Rita de Cássia Reckziegel. **Introdução a Tecnologia Assistiva. Porto Alegre: Centro Especializado em Desenvolvimento Infantil**, 2008. Disponível em: [https://ntmmacae.com/site/files/Educa%C3%A7%C3%A3o%20Inclusiva/Tecnologia%20Assistiva/Introducao\\_Tecnologia\\_Assistiva.pdf](https://ntmmacae.com/site/files/Educa%C3%A7%C3%A3o%20Inclusiva/Tecnologia%20Assistiva/Introducao_Tecnologia_Assistiva.pdf) BRASIL. Ministério da Educação.

BRITES, L. **Brincar é fundamental: como entender o nerodesenvolvimento e resgatar a importância do brincar durante a primeira infância.** São Paulo: Editora Gente, 2020.

CARDOSO, et al. **Estudo de Caso: O Ensino Colaborativo como Suporte à Inclusão Escolar no Ensino Remoto Para Aluno Com Autismo Na Educação Infantil.** In: SANTOS, et. al(org.). Diálogos Educacionais: Entre Teorias e Práticas. Santa Catarina: Editora Schreiber. 2021. 279-295.

CUNHA, Rayssa Mayara Araújo et al. **O impacto da adequação postural em crianças com paralisia cerebral do tipo tetraplegia que utilizam cadeira de rodas.** Imip.org.br, 2015. Disponível em: <http://higia.imip.org.br/handdle/123456789/472> Acesso em: 10 de mai. 2024.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança um reencontro com a pedagogia do oprimido.** São Paulo: Editora Paz e Terra, AS, 1992

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler.** 33.ed. São Paulo: Cortez. (Coleção questões da nossa época; v.13), 1997.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido.** São Paulo: Paz e Terra, 2016 [1978].



GALVÃO FILHO, T. A. A Tecnologia Assistiva: de que se trata? In: Machado, G. J. C.; SOBRAL, M. N. (orgs). **Conexões: educação, comunicação, inclusão e interculturalidade**. 1 ed. Porto Alegre: Redes Editora. pp. 207-235, 2009. Disponível em: [http://www.galvaofilho.net/TA\\_dequesetrata.htm](http://www.galvaofilho.net/TA_dequesetrata.htm). Acesso em: 15 fev. 2022.

GALVÃO FILHO, T. A. **A construção do conceito de Tecnologia Assistiva: alguns novos interrogantes e desafios**. In: Revista da FACED – Entre ideias: Educação, Cultura e Sociedade, Salvador: Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia - FACED/UFBA, v. 2, n. 1, p. 25-42, jan./jun. 2013.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7 ed. 2 Reimpr. São Paulo: Atlas, 2021.

IBGE, **Brasil/Rio de Janeiro/Nova Iguaçu. Panorama Populacional**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/nova-iguacu/panorama> Acesso em: 10 jun. 2024

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O Desafio da Pesquisa Social**. In: MINAYO, MARIA Cecília de Souza(org.). **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

MASCARO, Cristina Angélica Aquino de Carvalho. REDIG, Annie Gomes. **Documento norteador para implementação do Plano Educacional Individualizado - PEI para o alfabetramento: primeiros passos**. São Paulo: Atena Editora, 2024

MENDES, Enicéia Gonçalves; VILARONGA, Carla Ariela Rios; ZERBATO, Ana Paula. **Ensino colaborativo como apoio à inclusão: unindo esforços entre educação comum e especial**. –São Carlos: EdUFSCar, 2018. Disponível: [https://ledum.ufc.br/arquivos/didatica/3/Professor\\_Pesquisador\\_Reflexivo.pdf](https://ledum.ufc.br/arquivos/didatica/3/Professor_Pesquisador_Reflexivo.pdf) Acesso: 25 ago. de 2024

NOVA IGUAÇU. **Deliberação/CME – NI No 03 de 11 de dezembro de 2014**. Diário Oficial, 2014 [versão impressa]

NOVA IGUAÇU. Planejamento Pedagógico Semestral – 2022. [versão impressa]

NOVA IGUAÇU, SEMED - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. **Escolas | Secretaria Municipal de Educação**. Rj.gov.br. Disponível em: <https://www.novaiguacu.rj.gov.br/semmed/escolas/> Acesso em: 05 de fev. 2024

PEREIRA, A. S. M. **Do Planejamento À Elaboração: Programa Formativo Docente em Tecnologia Assistiva Na Área Da Deficiência Visual Voltado Para Redes De Ensino.** 1.ed. Curitiba: Editora Appris. 2022. 156 p.

PLESCH (2020) **O que há de especial na educação especial brasileira?**

PLESCH, M. D. (2020). **O que há de especial na educação especial brasileira?** *Momento - Diálogos Em Educação*, 29(1), 57–70. <https://doi.org/10.14295/momento.v29i1.9357> Disponível em: <https://periodicos.furg.br/momento/article/view/9357> Acesso em 05 de fev. 2024

PICCOLO, Gustavo Martins ; MENDES, Enicéia Gonçalves. Contribuições a um pensar sociológico sobre a deficiência. **Educação & Sociedade**, v. 34, n. 123, p. 459–475, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/qGCqpQ4xNn3fkNeQ48DZrxZj/abstract/?lang=pt> Acesso em: 30 de jul. 2024